

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 5 – Política e Economia da Informação

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO NO HORIZONTE DOS SABERES ORIGINÁRIOS: PERSPECTIVAS DE PRÁTICAS CONTRACOLONIAIS DE RESISTÊNCIA

CRITICAL INFORMATION LITERACY IN THE HORIZON OF ORIGINAL KNOWLEDGE: PERSPECTIVES OF COUNTERCOLONIAL RESISTANCE PRACTICES

Angerlânia Rezende – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Edivanio Duarte de Sousa – Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: séculos de dominação colonial impuseram regimes de poder e de saber aos povos originários brasileiros. A contracolonialidade surge como resposta ativa, recusando lógicas coloniais e afirmando projetos próprios baseados em epistemologias originárias. A competência crítica em informação parece ser uma estratégia fundamental, agindo como formação política e cultural para resistir a narrativas hegemônicas e validar saberes indígenas, rompendo paradigmas eurocêntricos. Este trabalho objetivou refletir sobre a atuação da competência crítica em informação como prática contracolonial de resistência entre povos originários, visando fortalecer epistemologias e lutar contra a exclusão. De natureza exploratório-descritiva e qualitativa, a pesquisa bibliográfica foi realizada na Base de Dados em Ciência da Informação. As análises e as discussões focaram em ações contracoloniais e na competência crítica como resistência. Os resultados indicam que a contracolonialidade busca autonomia a partir das experiências de povos colonizados e a informação indígena, expressão epistêmica própria, fundamenta a resistência e a justiça cognitiva, desafiando a colonialidade. A competência crítica em informação desvela a colonização nos sistemas de informação, capacitando para discernir e ressignificar, gerando saberes locais, na medida em que rompe com modelos uniformizantes, valorizando contextos e saberes marginalizados. As dimensões analisadas incluem reconhecimento de epistemologias plurais, espaços interculturais, postura crítica, respeito ético, formação de mediadores locais e resistência a modelos coloniais. Considera-se que a competência crítica em informação pode representar uma postura engajada contra desigualdades informacionais, urgente para fortalecer soberania e reafirmar epistemologias ancestrais contra a desinformação e o colonialismo digital, entre outros elementos, que mantém estruturas de opressão, exclusão e dizimação.

Palavras-chave: competência crítica em informação; povos originários; contracolonialidade; práticas de informação insurgentes.

Abstract: centuries of colonial domination imposed regimes of power and knowledge upon Brazil's Indigenous peoples. Contracoloniality emerges as an active response, rejecting colonial logics and affirming Indigenous-led projects grounded in native epistemologies. Critical information literacy appears as a key strategy, functioning as both political and cultural formation to resist hegemonic narratives and validate Indigenous knowledge, breaking with Eurocentric paradigms. This work aimed to reflect on the role of critical information literacy as a contracolonial practice of resistance among

Indigenous peoples, seeking to strengthen epistemologies and fight against exclusion. Exploratory-descriptive and qualitative in nature, the research was based on a bibliographic review carried out in the Information Science Database. Analyses and discussions focused on contracolonial actions and critical information literacy as forms of resistance. The results indicate that contracoloniality seeks autonomy through the lived experiences of colonized peoples, and that Indigenous information, as an expression of unique epistemic frameworks, underpins resistance and cognitive justice, directly challenging coloniality. Critical information literacy reveals the layers of colonization embedded in information systems, equipping individuals to discern, reinterpret, and generate local knowledge while breaking with homogenizing models and valuing marginalized contexts and knowledge systems. The dimensions analyzed include the recognition of plural epistemologies, intercultural spaces, critical awareness, ethical respect, the formation of local mediators, and resistance to colonial models. It is argued that critical information literacy can represent an engaged stance against informational inequalities—an urgent tool to strengthen sovereignty and reaffirm ancestral epistemologies in the face of disinformation, digital colonialism, and other forces that uphold structures of oppression, exclusion, and erasure.

Keywords: critical information literacy; indigenous peoples; countercoloniality; insurgent information practices.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos de dominação colonial nas Américas e, de forma particular, no Brasil, instaurou-se um regime de poder que ultrapassa os domínios políticos e econômicos, alicerçando-se nas estruturas de pensamento e de produção de conhecimento. A propagação de narrativas eurocêntricas, sustentadas pela apropriação capitalista dos territórios e dos recursos da biodiversidade, somada à exploração histórica da força de trabalho indígena, produziu condições persistentes de vulnerabilidade e de exclusão. Investigar esse fenômeno, que Quijano (2014) denomina de colonialidade, exige compreender sua manifestação articulada nas dimensões de poder, de ser e de saber. A partir dessa lente, torna-se evidente como os povos originários foram e continuam sendo diretamente afetados por imposições epistêmicas eurocêntricas, pela violência territorial e pela supressão cultural.

Nesse cenário, a noção de contracolonialidade, formulada e vivenciada por pensadores como Krenak (2019) e Santos (2023), surge como resposta ativa e estratégica às lógicas de dominação impostas pela colonialidade. Uma investigação crítica dessa proposta revela que ela não se limita a tensionar ou dialogar com o pensamento eurocentrado. Trata-se de uma *práxis* insurgente que assume, de forma consciente, a recusa às formas coloniais de organização da vida, do saber e do poder, ao mesmo tempo em que afirma projetos próprios de existência fundamentados nas territorialidades, nas epistemologias e nos modos de vida originários.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Ao confrontar o escopo da decolonialidade, que visa desmontar as estruturas coloniais persistentes (Quijano, 2014; Mignolo, 2017), constata-se que a contracolonialidade propõe um movimento ainda mais radical: não apenas resistir, mas também recusar submeter-se a esses sistemas, reivindicando a centralidade da experiência originária como ponto de partida para reorganizar o mundo. Essa postura implica uma ruptura propositiva e ativa com as práticas, estruturas e lógicas coloniais que continuam a moldar as relações sociais, políticas e cognitivas, sobretudo no que concerne aos saberes, aos modos de vida e à relação com a terra e o tempo (Krenak, 2019; Santos, 2023). Práticas como a revalorização e a circulação da informação indígena, a defesa intransigente dos territórios e a produção de conhecimento ancorada nas próprias línguas e cosmologias revelam-se, portanto, não apenas como exemplos etnográficos, mas como expressões concretas e investigáveis da contracolonialidade em ação.

Diante disso, a competência crítica em informação (CCI) é expressa aqui como uma proposta alinhada à contracolonialidade, ao articular a apropriação crítica da informação com a insurgência epistêmica dos povos originários frente às estruturas coloniais de poder e de saber. Para além do domínio técnico-instrumental, esse tipo de competência pode ser compreendida como um processo de formação política e cultural que possibilita aos sujeitos identificar, interrogar e confrontar narrativas hegemônicas que, historicamente, invisibilizaram e subalternizaram as suas epistemologias (Rezende; Paiva; Souza, 2024). Essa competência ultrapassa o mero desenvolvimento de habilidades técnicas relacionadas à busca, à seleção e ao uso da informação. Seu exercício implica provocar reflexões, estimular o questionamento e instigar a formulação de respostas a partir da problematização crítica dos fluxos de conteúdos informacionais existentes.

Essa competência, quando aplicada a contextos plurais e diversos, pode romper com a dependência de fontes e de narrativas externas que, muitas vezes, distorcem ou silenciam as realidades locais. Mais do que capacitar para a busca, a avaliação e o uso consciente da informação, ela possibilita a habilidade de interpretar criticamente os discursos circulantes, desvelar interesses e ideologias subjacentes e reconfigurar os fluxos informacionais a partir de perspectivas e de necessidades próprias.

Assim, neste trabalho, questiona-se: De que forma a CCI pode se constituir como uma prática contracolonial de resistência no contexto dos povos originários, contribuindo para a valorização dos saberes tradicionais? Com base nisso, o objetivo deste trabalho é refletir sobre

a forma de atuação dessa competência crítica como prática contracolonial de resistência no contexto dos povos originários, contribuindo para o fortalecimento de suas epistemologias, a revalorização de seus saberes e a luta contra as lógicas coloniais de exclusão e de silenciamento. Ao se alinhar com princípios da contracolonialidade, a perspectiva adotada neste trabalho parte da análise sobre as possibilidades de a CCI promover rupturas com paradigmas eurocêntricos, assumindo a pluralidade epistêmica como referência para o reconhecimento e a validação dos saberes ancestrais que sustentam a vida e a cultura indígena. Salienta-se, ainda, que esta comunicação parte de uma pesquisa em nível de doutorado que tem como tema central a CCI no contexto de uma comunidade indígena localizada na região norte do Brasil.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi definida, quanto ao seu objetivo, como exploratório-descritiva, conforme a perspectiva de Minayo (2010). Essa classificação se justifica pelo intento de identificar, levantar e descrever características da CCI como prática contracolonial no contexto dos povos originários.

No que se refere à abordagem metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca compreender fenômenos em sua complexidade, explorando dimensões que não podem ser quantificadas (Minayo, 2010). O foco reside na contextualização e na delimitação de categorias analíticas que possibilitem compreender as inter-relações entre CCI como prática de resistência contracolonial.

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002), constitui um procedimento essencial para a coleta, a sistematização e a análise de produções já publicadas sobre um determinado tema. A coleta de dados foi realizada cobrindo toda a extensão da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), mediante levantamento bibliográfico e seleção criteriosa de fontes relevantes que apontam para essas articulações. Vale ressaltar, contudo, que esse tema ainda é relativamente escasso na Ciência da Informação. Com efeito, as análises e as discussões empreendidas foram organizadas a partir de duas categorias centrais:

1. **Ações contracoloniais** - entendidas como práticas que confrontam e desconstruem estruturas de poder de matriz colonial responsáveis por perpetuar desigualdades e opressões históricas.

- 2. Competência crítica como prática de resistência contracolonial** - voltada à identificação e à superação de narrativas hegemônicas, com a valorização de saberes locais e tradicionais, promovendo um olhar crítico, sensível e emancipador.

Ao tomar como referências essas duas categorias analíticas procurou-se, a um só tempo, considerar o contexto macro marcado pelas condições deixadas pelo colonialismo histórico, que oprimiu, excluiu, silenciou e dizimou populações inteiras, incluindo suas culturas, e compreender o contexto micro em que emergem movimentos insurgentes de superação a este estado de coisa, especialmente, a partir da valorização dos seres, dos saberes e dos fazeres, que caracterizam, particularizam e identificam aquelas culturas.

3 SABERES ORIGINÁRIOS E CONTRACOLONIALIDADE: INTERFACES ENTRE INFORMAÇÃO INDÍGENA E A COMPETÊNCIA CRÍTICA COMO PRÁTICA CONTRACOLONIAL DE RESISTÊNCIA

O colonialismo configura-se como um sistema de dominação, exploração e violência que ultrapassa as esferas econômicas e políticas, estendendo-se também ao campo da cultura e do conhecimento (Quijano, 2014). Suas bases ideológicas ainda moldam os desafios contemporâneos, como as crises climáticas e ambientais, ambas sustentadas pela lógica colonial de exploração sem limites, desenvolvimento destrutivo e remoção forçada de populações vulneráveis.

Pode-se aprofundar essas ideias observando também que o colonialismo não apenas instituiu relações hierárquicas de poder entre colonizadores e colonizados, mas também naturalizou uma visão de mundo que legitima a apropriação ilimitada de recursos naturais e a imposição de valores culturais externos. Essa lógica se manifesta, por exemplo, na marginalização dos saberes ambientais e territoriais das populações originárias, substituídos por modelos produtivos industrializados voltados para o lucro imediato, ainda que à custa da degradação irreversível dos ecossistemas (Krenak, 2022). Essa herança ideológica continua a estruturar projetos de “desenvolvimento” que, sob o pretexto de modernização, reforçam desigualdades e aprofundam a crise climática, transformando o combate à colonialidade em um imperativo para a sobrevivência planetária.

Santos (2023) afirma que o colonialismo sequestra as palavras e os seus sentidos, ou seja, desloca o significado original de termos e da informação e os utiliza para legitimar relações de poder e apagando dos sentidos ancestrais. Essa fragmentação não é apenas simbólica, na medida em que tem consequências materiais, molda políticas, justifica ações e

naturaliza desigualdades. Essas práticas tornam-se estratégias e instrumentos de controle, pois quem define o que as informações significam controla também, em grande medida, os rumos do pensamento e da ação.

É nesse cenário que surge a contracolonialidade como uma abordagem crítica e propositiva, ocorrida a partir das experiências e das cosmologias dos povos historicamente colonizados, em especial os povos originários, os quilombolas e as comunidades em vulnerabilidade. A contracolonialidade é uma prática que não apenas confronta as estruturas da colonialidade, mas também propõe formas autônomas de existência e de resistência de pensamento relacionado ao mundo. Enquanto a decolonialidade se ocupa da crítica às heranças coloniais nos campos do saber, da cultura e das instituições, a contracolonialidade parte dessa corrente e vai além, na medida em que se ancora nas epistemologias e nas ontologias subalternizadas para construir caminhos próprios de regeneração, autodeterminação e recriação fundamentadas em valores comunitários, territoriais e espirituais (Krenak, 2019; Santos, 2023).

Krenak (2022) adverte para o risco de reproduzir, de forma velada, os mesmos paradigmas de dominação ao elaborar epistemologias alternativas que não rompem efetivamente com os fundamentos coloniais. Para o autor, é necessário dismantellar os efeitos do colonialismo e, a partir daí, construir práticas de conhecimento e de vida fundamentadas nas epistemologias dos povos que, historicamente, resistiram à colonização.

Ora, a gente não tem de fazer uma crítica apenas 'decolonial', a gente tem de fazer uma crítica contracolonial. A gente tem é de denunciar e detonar o pensamento colonial como uma coisa que se perpetua inclusive a partir da nossa própria maneira de produzir conhecimento. Muitas vezes, pensamos que estamos produzindo novas epistemologias, mas elas estão influenciadas de pensamento colonial, cheias de vícios (Krenak, 2022, p. 05).

Assim, a contracolonialidade se revela como um movimento que recusa imposições eurocêntricas e constrói caminhos de autodeterminação baseados nas formas plurais e nos costumes culturais de ver, de conhecer e de narrar o mundo. Essa prática insurgente, em sua natureza, convida não apenas à resistência frente à colonialidade, mas à produção ativa de mundos possíveis, em que os saberes ancestrais sejam somente preservados, mas vividos, atualizados e reconhecidos como centrais para a criação de futuros sustentáveis, justos e pluriepistêmicos.

Ao se afirmar como prática viva, a contracolonialidade desloca o eixo de poder e reposiciona os povos originários e as comunidades tradicionais como protagonistas na construção de seus próprios horizontes de vida. Trata-se de um movimento que desafia a lógica de homogeneização cultural e epistêmica imposta pelo projeto colonial, recuperando linguagens, cosmologias, tecnologias sociais e formas próprias de governança como bases legítimas para a organização social. Nessa perspectiva, a contracolonialidade não se limita à crítica, mas estabelece um campo fértil de criação, em que o ato de narrar o mundo, a partir de perspectivas plurais, torna-se também um ato de projetar futuros.

3.1 Informação indígena como resistência

Dentro do contexto contracolonial, a informação indígena, conforme argumentam Paiva (2013) e Dorricó (2020), não pode ser reduzida aos parâmetros normativos da ciência documental ou aos critérios positivistas de verdade. Esse tipo de informação é uma expressão epistêmica originária, que deriva de sistemas de conhecimento próprios e se organiza por meio da oralidade, dos cantos, das narrativas místicas, das práticas de cura, dos registros gráficos ancestrais, da arte e, entre outros, da relação profunda com o território e a natureza. Trata-se de uma maneira de saber que forma, conecta e sustenta coletividades, atuando como modo de resistência e de continuidade cultural.

A compreensão crítica do conceito de informação indígena é indispensável não somente à preservação das culturas tradicionais, mas à promoção de justiça cognitivo e social, e inclusão de saberes. Isso porque, ao reconhecer e promover os modos próprios de produzir, organizar, preservar e comunicar o conhecimento, fundamentadas na oralidade, na ancestralidade, no território e nos vínculos comunitários (Pereira; Souza, 2022), essas fontes desafiam a colonialidade do saber, que impôs por séculos e, ainda hoje interfere nesses espaços, uma hierarquia entre o conhecimento ocidental e os demais saberes plurais.

Na prática, as fontes especializadas em informação indígena veiculam conhecimentos sobre as comunidades originárias e por elas produzidos, utilizando meios e suportes diversos, tais como arquivos, bibliotecas, museus, documentários, livros, periódicos, bases de dados, repositórios, mídias sociais e páginas institucionais, entre outros (Rezende *et al.*, 2023). Esses espaços e dispositivos, quando acessados e mobilizados com protagonismo indígena, tornam-se ambientes e instrumentos fundamentais para a afirmação identitária e a valorização das epistemologias originárias. Contudo, é necessário reconhecer que muitos desses meios têm

sido historicamente atravessados por dispositivos coloniais de poder e de representação, nos quais os saberes indígenas foram apropriados, exotificados ou invisibilizados.

O papel da informação indígena, nesse sentido, vai além do registro documental (Smith, 2018), ela constitui uma prática contracolonial, pois resgata e reafirma formas de existência e de conhecimento que foram historicamente subalternizadas, silenciadas e apagadas pelos processos coloniais. Ao socializar essas práticas e esses saberes, aquelas fontes contribuem para a reconstrução da memória coletiva, fortalecem a resistência cultural e possibilitam o exercício da soberania informacional dos povos originários, condição fundamental para sua autodeterminação. Como afirma Dorricó (2020), a informação indígena precisa ser compreendida como território simbólico e político de reexistência, posto que é um espaço de produção ativa de sentido, de história e de futuro para as comunidades indígenas.

4 A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO PRÁTICA CONTRACOLONIAL DE RESISTÊNCIA

A CCI, entendida aqui como prática contracolonial de resistência, assume um lugar ativo na investigação e na denúncia dos processos históricos e persistentes de colonização que atravessam os sistemas de informação e as formas de produção do conhecimento. Em vez de apenas reagir a esses processos, essa competência examina suas raízes, questiona suas permanências e expõe como as estruturas informacionais têm sido usadas para manter relações de poder desiguais. Ao instigar uma postura crítica e reflexiva diante da informação, ela se configura como estratégia de emancipação, habilitando sujeitos a identificar os usos ideológicos dos discursos informacionais, compreender seus vínculos com estruturas de dominação e analisar suas consequências sociais.

Como apontam Brisola e Romeiro (2018), a CCI potencializa a construção de competências que permitem não só discernir informações relevantes e confiáveis, mas acessar fontes de forma autônoma, interpretá-las em seus contextos e reconfigurá-las à luz de experiências próprias e referências culturais específicas. Tal processo não se limita ao fortalecimento da capacidade analítica: abre caminho para a formulação de novos saberes enraizados nas realidades locais e nas epistemologias historicamente subalternizadas, nutrindo percursos criativos e insurgentes de transformação social.

De modo elucidativo, Bezerra, Schneider e Brisola (2017) concebem a CCI como um referencial teórico-metodológico ancorado em uma *práxis* emancipatória, orientada à

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

construção de autonomia informacional frente às dinâmicas complexas e desiguais do ecossistema informacional contemporâneo. Essa perspectiva não se limita a formar usuários críticos, mas incentiva uma atitude analítica capaz de examinar, problematizar e intervir nos mecanismos que estruturam o fluxo e o controle da informação.

Em um contexto marcado pela circulação massiva de desinformação, pela opacidade das decisões algorítmicas, pelo avanço da vigilância digital e pelas recorrentes violações de privacidade, a CCI atua como instrumento de resistência e de análise ativa, permitindo, segundo Bezerra (2024), que o sujeito saiba identificar, rastrear e desestabilizar novas formas de dominação e de controle simbólico no ambiente digital.

A partir dessa perspectiva, observa-se que a CCI tanto habilita para o discernimento sobre conteúdos, como também estimula o olhar crítico das condições de produção, de circulação e de apropriação da informação, revelando as relações de poder subjacentes e fomentando práticas transformadoras que articulam conhecimento, ação e emancipação social. A CCI, então:

[...] representa uma linha conceitual que reflete sobre as competências em informação para além das vias formais de ensino, visto que tenciona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um perfil que tende à uniformização de um possível “sujeito competente em informação” (Oliveira; Souza, 2022, p. 78).

Constata-se, sob essa ótica, que a CCI opera uma ruptura com modelos normativos e homogeneizantes que, historicamente, têm predominado nas abordagens de caráter técnico ou estritamente escolarizado. Ao invés de reproduzir uma lógica prescritiva, que delimita um conjunto rígido e universal de habilidades para a definição de competência, a CCI adota uma postura investigativa que parte do reconhecimento crítico de que os sujeitos informacionais estão imersos em realidades heterogêneas, atravessadas por desigualdades sociais, econômicas, culturais e epistêmicas, e pelas múltiplas formas de expressão e de circulação da informação.

Essa perspectiva implica assumir um olhar analítico que valoriza as experiências concretas, os saberes situados e os modos de vida específicos, notadamente, daqueles grupos historicamente marginalizados, como elementos legítimos para a construção de conhecimento. Inclui-se aqui, de forma inadiável, a escuta qualificada e o reconhecimento das epistemologias indígenas, que não se estruturam segundo parâmetros lineares e

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

compartimentalizados próprios da racionalidade eurocentrada, mas se organizam em sistemas coerentes com suas cosmovisões, em profunda interligação com a natureza e o território.

A CCI, nesse sentido, não reduz tais saberes a meros recursos instrumentais, pelo contrário, reconhece-os como formas autônomas e plenas de produção de conhecimento, inserindo-os no campo de disputas e reivindicações por justiça epistêmica, em consonância com os princípios da contracolonialidade. Em contextos indígenas, essa orientação investigativa revela-se essencial para que a informação deixe de ser um dispositivo de controle e se converta em ação estratégica de emancipação, resistência e continuidade ancestral.

Quadro 1 - Prática contracolonial de resistência presente na CCI

| Dimensões | Ação Contracolonial | Prática |
|--------------------------------------|--|---|
| Epistêmica | Reconhecimento de epistemologias plurais | Valorização de saberes indígenas e tradicionais como legítimos, desafiando a hegemonia do conhecimento ocidental eurocentrado. |
| Inclusiva | Criação de espaços interculturais | Estabelecimento de ambientes que promovam diálogos entre diferentes sistemas de conhecimentos. Revisa ações para incluir e valorizar conhecimentos de povos originários, sem preconceitos. |
| Crítica e reflexiva | Postura crítica e reflexiva | Questionamento da neutralidade informacional. Realiza uma leitura crítica do mundo e das ações, estimulando a análise das informações e dos discursos em seus contextos sociopolíticos, revelando as ideologias e as estruturas de poder que os sustentam. Evita o compartilhamento de notícias falsas, orienta à veracidade da informação. |
| Ética | Compreensão e respeito pelos princípios éticos | Compartilha de forma responsável os conhecimentos. Protege os saberes sensíveis e sagrados. Defende os direitos informacionais de suas comunidades, incentivando a produção de conhecimento a partir das experiências e de vivências de comunidades subalternizadas. |
| Sociopolítica e emancipatória | Formação de mediadores culturais locais | Capacita os profissionais indígenas para atuarem como pontes entre diferentes contextos culturais e epistemológicos. Fortalece a soberania informacional originária. Resiste à imposição de modelos coloniais, quebrando-os e não aceitando essas imposições. |

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

O Quadro 1, sistematiza um conjunto de dimensões e de ações da CCI, compreendida aqui como prática contracolonial de resistência, com especial ênfase em suas aplicações junto a comunidades originárias. As dimensões apresentadas não surgem de forma isolada ou

circunstancial, ao contrário, constituem-se a partir de um entrecruzamento crítico de três correntes teóricas, articuladas a partir de um processo analítico e reflexivo próprio desta investigação acadêmica.

A primeira delas ancora-se na teoria decolonial, conforme desenvolvida por autores como Maldonado-Torres (2008), Quijano (2014) e Mignolo (2017), cujas formulações sobre a colonialidade do poder, do ser e do saber oferecem um arcabouço conceitual robusto para compreender e enfrentar os mecanismos históricos de dominação. Esse referencial sustenta a reflexão sobre a resistência epistemológica, por exemplo, além de orientar a luta por direitos sociais e pela ampliação dos espaços de reconhecimento para saberes historicamente subalternizados.

A segunda corrente se enraíza nos costumes, nas cosmologias e nos sistemas próprios de conhecimento dos povos indígenas, que operam como práticas contracoloniais de resistência. Essas epistemologias plurais, vinculadas às relações comunitárias, ao território e à natureza, produzem formas de conhecimento que tensionam e desestabilizam as lógicas coloniais, como evidenciam as reflexões de Krenak (2019) e Santos (2023), entre outros.

Já a terceira corrente fundamenta-se na CCI aplicada aos contextos dos povos originários, articulando práticas informacionais ao desenvolvimento de um olhar investigativo e crítico. Nesse escopo, essa competência atua no desmantelamento das estruturas coloniais por meio de abordagens contracoloniais, posicionando-se como um instrumento de análise, de transformação e de construção de novos horizontes epistemológicos nesses espaços.

Compreender a CCI como prática contracolonial de resistência implica deslocar o olhar tradicional sobre o conceito de competência, redirecionando-o para um campo político, ético e epistêmico. Torna-se relevante evidenciar ainda esse deslocamento, ao articular essas dimensões que tanto reconhecem os saberes originários, quanto os posicionam como fundamentos para ações informacionais que resistem à colonialidade. Nesse sentido, o Quadro 1 oferece um referencial analítico e operacional para pensar práticas informacionais ancoradas na pluralidade epistemológica, no protagonismo dos sujeitos e na valorização das culturas ancestrais indígenas.

Além das ações já discutidas, vale salientar que as dimensões analisadas, no Quadro 1, se configuram como práticas contracoloniais situadas, elaboradas a partir dos modos de vida, das formas de organização do conhecimento e dos sistemas simbólicos das comunidades indígenas. A incorporação da dimensão epistêmica, nesse sentido, possibilita reconhecer e

legitimar epistemologias plurais, valorizando saberes indígenas e tradicionais como formas autônomas de produção de conhecimento. Tal movimento desafia frontalmente a hegemonia do pensamento eurocentrado, operando uma ruptura com lógicas de exclusão.

A dimensão inclusiva, por sua vez, orienta a construção de espaços interculturais, ambientes de encontros e de diálogos entre diferentes sistemas de conhecimento, e fundamenta a revisão das práticas informacionais para incluir e valorizar, sem estereótipos ou hierarquização, as contribuições epistemológicas dos povos originários.

Já a dimensão crítica e reflexiva demanda uma postura investigativa permanente, questionando a neutralidade informacional. Ao analisar as informações e os discursos dentro de seus contextos sociopolíticos, essa dimensão evidencia ideologias subjacentes e estruturas de poder que os sustentam, ao mesmo tempo que orienta para a veracidade da informação e previne a circulação de notícias falsas, por exemplo.

A dimensão ética reforça a necessidade de compreender e de respeitar princípios éticos, assegurando que o compartilhamento de informações ocorra de forma responsável. Essa perspectiva protege saberes sensíveis e sagrados, defende os direitos informacionais das comunidades e incentiva a produção de conhecimento enraizado nas experiências e nas vivências de grupos historicamente oprimidos.

A dimensão sociopolítica e emancipatória, por fim, volta-se à formação de mediadores culturais locais, evidenciando a riqueza e a diversidade dos conhecimentos plurais. Nessa perspectiva, capacitar os profissionais indígenas para atuarem como pontes entre contextos culturais e epistemológicos distintos, fortalecendo a soberania informacional originária e resistindo ativamente à imposição de modelos coloniais eurocentrados, é relevante para a desestruturação e a recusa da sua lógica de dominação.

Assim, reafirma-se que a CCI, quando direcionada às comunidades originárias, não apenas contribui para o desenho de metodologias informacionais sensíveis às realidades locais, mas também se compromete com a justiça social e a equidade epistêmica, colaborando de forma concreta para o fortalecimento da autonomia informacional e da autodeterminação dos povos indígenas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho buscou refletir sobre a forma de atuação da CCI como prática contracolonial de resistência no contexto dos povos originários, procurando contribuir

para o fortalecimento de suas epistemologias, a revalorização de seus saberes e a luta contra às lógicas coloniais de exclusão e de silenciamento. Ao romper com modelos prescritivos e uniformizantes, essa competência é compreendida aqui como uma abordagem plural, situada e enraizada nas experiências dos sujeitos informacionais, sobretudo daqueles historicamente marginalizados pelos sistemas coloniais de produção e de circulação do saber.

Parece incontestável que o resgate e a valorização dos saberes originários se mostram essenciais para repensar o papel da informação em processos de emancipação social e política das comunidades historicamente subalternizadas, silenciadas e extintas, na formação do povo brasileiro. Nesse sentido, a CCI, quando articulada a dimensões éticas, epistêmicas, sociopolíticas e críticas, pode contribuir para a construção de práticas informacionais baseadas na autonomia, no respeito à diversidade de saberes e na resistência ativa às formas de silenciamento impostas pela colonialidade.

Ao tomar como referência a economia política da informação, reforça-se que a CCI não deve ser vista apenas como um conjunto de habilidades técnicas, mas como uma postura crítica, engajada e politicamente situada diante das desigualdades informacionais e epistêmicas que atravessam os tempos e os espaços na história do Brasil. Em tempos de avanço da desinformação, do colonialismo digital e da negação de direitos dos povos originários, torna-se urgente adotar perspectivas que reconheçam os territórios de saber, fortaleçam a soberania informacional e reafirmem a centralidade das epistemologias ancestrais na construção de futuros mais justos e plurais.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. C. **Miséria da informação: dilemas éticos da era digital**. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; BRISOLA, A. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p. 7-16, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 68–87, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 8 fev. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

DORRICO, J. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. In: DORRICO, J.; DANNER, L.; CORREIA, H.; DANNER, F. **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 10 jan. 2025.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Schwarcz, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **Conferência com Ailton Krenak – UFMG 2024**. YouTube, Belo Horizonte: UFMG, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8G7kpzvHx-w>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 61-72, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, M. L. P.; SOUZA, E. D. Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. In: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1200>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PAIVA, E. B. **Narrativas indígenas: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação**. 2013. 199 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PEREIRA, B. R. O.; SOUZA, E. D. Patentes e conhecimentos tradicionais: uma breve discussão acerca da apropriação de propriedades coletivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/view/1046/768>. Acesso em: 22 jan. 2025.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: Clacso, 2014.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

REZENDE, A. PAIVA, E. B. SOUZA, E. D. Competência crítica em informação como estratégia decolonizadora: aproximações teórico-conceituais em torno dos povos originários. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...] Vitória: ANCIB, 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2772/1597>. Acesso em: 15 fev. 2025.

REZENDE, A.; CARVALHO, W. M.; FARIAS, R. A. N.; PAIVA, E. B. Povos Originários/Indígenas em foco guia de fontes de informação especializada. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59539>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

NOTA

Este trabalho foi realizado no escopo das atividades do Projeto “Socialização do Método do Estudo Imanente em Informação”, Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023, sob a supervisão do Professor Doutor Edivanio Duarte de Souza.